

Faculdade Damas da Instrução Cristã

Curso de Relações Internacionais

Júlia Bringel Lins da Costa Carvalho

**A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EDUCACIONAL ENTRE
BRASIL E CANADÁ: CARACTERÍSTICAS DOS INCENTIVOS NO
ENSINO SUPERIOR**

Recife, 2016

A cooperação internacional educacional entre Brasil e Canadá: Características dos incentivos no ensino superior

Júlia Bringel Lins da Costa Carvalho

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Conselho de Curso de Relações Internacionais da Faculdade Damas da Instrução Cristã para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Carvalho, Júlia Bringel Lins da Costa

A cooperação internacional educacional entre Brasil e Canadá: características dos incentivos no ensino superior . / Júlia Bringel Lins da Costa Carvalho. – Recife: O Autor, 2016.

52 f.; il.

Orientador(a): Prof. Dr. Thales Castro.

**Monografia (graduação) – Faculdade Damas da Instrução Cristã.
Trabalho de conclusão de curso, 2016.**

Inclui bibliografia.

**1. Relações Internacionais. 2. Cooperação Internacional 3. Brasil e Canadá.
4. Ensino superior. I. Título.**

327

CDU (2.ed.)

Faculdade Damas

327

CDD (22.ed.)

TCC 2016-457

A cooperação internacional educacional entre Brasil e Canadá: Características dos incentivos no ensino superior

Júlia Bringel Lins da Costa Carvalho

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Conselho de Curso de Relações Internacionais da Faculdade Damas da Instrução Cristã para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Thales Castro (orientador)

Prof.
Dr. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares

Prof. Ms. Maurício de Albuquerque Wanderley

Recife, 17 de Junho, de 2016

Agradecimentos

Dedico este trabalho a minha família que é meu porto seguro, minha base e minha diária inspiração. Também dedico aos meus amigos, meus maiores incentivadores. Obrigada pela ajuda, pelo acompanhamento constante, pela preocupação, pelos conselhos e indicações para o meu projeto. Este trabalho é para vocês.

Agradeço também ao meu orientador Thales Castro, pela motivação e apoio que me ofereceu durante a construção deste projeto, e também ao professor Pedro Soares, por toda a ajuda e compreensão.

RESUMO

Com o efeito da globalização, a internacionalização da educação tornou-se necessária, pois com a maior conexão entre os atores globais, a questão da formação educacional dos indivíduos passou a também a ser de extrema importância para o êxito dos mesmos nos mercados de trabalho nacionais e internacionais. Desde as origens da internacionalização das Instituições de Ensino Superior, até o seu amadurecimento e desenvolvimento, diversos fatores foram determinantes para termos o sistema educacional de hoje. Este trabalho buscou focar a questão dos incentivos ao ensino superior, especificamente em duas nações: Brasil e Canadá. O tipo de cooperação internacional que estes dois países desenvolveram, as vantagens, os riscos, os acordos e projetos, e qual o nível da relação de cooperação entre os sistemas educacionais de ambos. Primeiramente é analisado o sistema educacional de cada país, particularmente.

Historicidade, características e também uma inserção das IES e de seus respectivos incentivos no cenário atual internacional. E então parte-se para o estudo do conceito de internacionalização do ensino superior e como ele se deu nas IES, como a mobilidade estudantil e profissional – auxiliados por incentivos governamentais - tem contribuído para o desenvolvimento da expansão das instituições e como isso agrega o mercado de trabalho de ambos os países.

Palavras-chave: Globalização; Internacionalização do ensino superior; Cooperação Internacional.

ABSTRACT

With the effect of globalization, the internationalization of education has become necessary because with the greater connection between global actors, the matter of educational background of individuals also began to be of utmost importance for their success in the national and international labor markets. From the beginning of the internationalization of higher education institutions, to its maturation and development, several factors were decisive in terms of the education system today. This study sought to address the issue of incentives to higher education, specifically in two nations: Brazil and Canada. The kind of international cooperation that the two countries have developed, the benefits, risks, agreements and projects, and what level of cooperative relationship there are between the educational systems of both. First the educational system of each country is analyzed, particularly. Historicity, and also features an insertion of HEIs and their incentives in the current international scenario. And then we proceed to the study of the concept of internationalization of higher education and how it affected the HEIs, as also how student and professional mobility - aided by government incentives - has contributed to the development of the expansion of institutions and how it aggregates the market work in both countries.

Key-words: Globalization; Internationalization of Higher Education; International Cooperation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I - CARACTERÍSTICAS INDIVIDUIAS DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO E CANADENSE	16
1.1 – Sistema de Ensino Superior Brasileiro.....	17
1.2 – Sistema do Ensino Superior Canadense.....	25
CAPÍTULO II - A INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	31
2.1 – Conceito de Internacionalização.....	31
2.2 – A Experiência do Intercâmbio Para os Estudantes.....	35
2.3 – Internacionalização, Diversidade Cultural e o Ensino nas Instituições.....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	51

INTRODUÇÃO

Em se tratando de questões diplomáticas entre Brasil e Canadá, há registros concretos a partir da metade do século XIX. O Canadá abriu seu primeiro escritório comercial no Brasil em 1866. A Embaixada do Canadá no Brasil foi aberta em 1944. O primeiro Embaixador do Canadá no Brasil foi Jean Désy. Em maio de 1941, o Brasil abriu uma missão diplomática em Ottawa. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial, o Brasil foi o foco da política externa do Canadá na América do Sul. O primeiro Embaixador do Brasil no Canadá foi João Alberto Lins de Barros¹.

No Brasil, o Canadá é representado pela Embaixada do Canadá na capital federal, Brasília. Também é representado pelos Consulados-Gerais em São Paulo e no Rio de Janeiro. O Serviço Canadense de Promoção Comercial também tem escritórios em Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre. Já a representação brasileira no Canadá é feita por uma Embaixada em Ottawa. O Brasil também tem consulados em Montreal, Toronto e Vancouver².

O Canadá e o Brasil compartilham conexões culturais e acadêmicas fortes, que tiveram expansão ao longo dos anos. Existe uma Associação Brasileira de Estudos Canadenses, que inclui 16 Centros de Estudos Canadenses em todo o Brasil. Um Centro de Educação Canadense foi aberto em São Paulo em 1998 com a finalidade de promover o Canadá como destino de baixo custo e de alta qualidade para estudos. Em 2005, foram concedidos quase 11.000 vistos para brasileiros estudarem no Canadá. O Canadá é, agora, o destino internacional número um dos brasileiros para fins de estudos³.

As relações do Canadá com o Brasil se tornaram cada vez mais constantes e assíduas tendo por base os interesses estratégicos e compromissos norteados pela promoção da segurança, prosperidade e governança democrática. Esta relação tem sido ainda mais fortalecida pela cooperação de todo o governo em diversos setores, tais como: defesa, educação, saúde e tecnologia.

Ao descrever os sistemas políticos de ambos, de acordo com o site do governo canadense, o Canadá e o Brasil compartilham um sistema de governo democrático, economias estáveis, recursos naturais abundantes, territórios vastos e pouco habitados (este último no caso do Canadá), bem como

¹ Informações retiradas do site: <http://www.canadainternational.gc.ca>

² Informações retiradas do site: <http://www.canadainternational.gc.ca>

³ Informações retiradas do site: http://www2.cultura.gov.br/upload/Relacoes%20Brasil-Canada_1172684443.pdf

a riqueza que vem da diversidade multicultural, incluindo nossas populações indígenas. Tanto o Brasil quanto o Canadá possuem uma população extremamente miscigenada formada pela mescla de diversos povos, de diversas etnias.

Porém quanto a esta questão de economias estáveis, o Brasil vem enfrentando uma mudança de cenário. Para Fernando Meibak, sócio da consultoria de planejamento financeiro Moneyplan, o cenário da economia brasileira é de pessimismo, com forte retração econômica, queda do emprego e, conseqüentemente, da confiança e da capacidade de consumo do consumidor⁴. A atual crise política que o país tem passado teve seu epicentro durante o governo de Dilma Rousseff (governo 2011-2016). Em seu relatório com projeções para a economia global, o FMI a economia brasileira poderá retomar o crescimento em 2017, caso a o impasse político seja resolvido ao longo do ano de 2016⁵.

A interdependência entre esses dois países vem crescendo, o que é confirmado pela expansão do comércio, de investimentos e por maior interesse mútuo em aprender mais sobre o outro, tanto sob a ótica das políticas públicas quanto das relações interpessoais. Duas sociedades que acabaram seguindo um viés de cooperação, ao invés de competição, pois o que foi considerado como mais relevante, foi a preocupação com o coletivo e ações voltadas para o bem comum, e não individual.

As bases da cooperação são integridade, agir sempre de acordo com seus valores, desapego, para focar no grupo e não no indivíduo, e compartilhamento, a fim de multiplicar a capacidade de ideias e dos recursos. O caminho para uma sociedade global cooperativa pode ser considerado utópico demais. Entretanto, é o melhor caminho, pois alia coletividade e liberdade, e muitos estão despertando para isso⁶.

Do ponto de vista da cooperação internacional, o Canadá e o Brasil trabalham cada vez mais juntos na Organização dos Estados Americanos (OEA), na Organização das Nações Unidas (ONU), no G20 e na Organização Mundial do Comércio (OMC) em áreas como a promoção da diversidade

⁴ Informações retiradas da matéria da UOL: <http://economia.uol.com.br/financas-pessoais/noticias/redacao/2015/05/18/com-economia-instavel-analistas-apontam-melhores-e-pioresinvestimentos.htm>

⁵ Informações retiradas da matéria da Folha de São Paulo: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/04/1760087fim-da-crise-politica-e-condicao-para-brasil-voltar-a-crescer-diz-fmi.shtml>

⁶ Informações retiradas do Blog Intellectus: <http://www.cursointellectus.com.br/blog/reflexao-critica/cooperacao-eliberalismo>.

cultural, o envolvimento em operações de manutenção da paz e avanços no respeito pelos direitos humanos no mundo.

Com esta aliança, o Canadá e o Brasil têm um papel vital no incentivo ao desenvolvimento de pesquisas científicas. Como um exemplo, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e o *Natural Sciences and Engineering Research Council of Canada* (NSERC) assinaram um memorando de entendimento que prevê a colaboração em ciência, tecnologia e inovação em áreas de interesse mútuo entre instituições paulistas e de diferentes regiões canadenses.

A proposta do acordo com o NSERC é facilitar a colaboração entre pesquisadores brasileiros e canadenses, promovendo a interação entre as comunidades científicas, incluindo a formação de profissionais e o estímulo à pesquisa, desenvolvimento e inovação⁷.

Também se ressalta a colaboração em países de interesse mútuo como exemplificado na atual cooperação no Haiti onde trabalharam para fortalecer a polícia nacional do Haiti e ajudar nos esforços de reconstrução. O Canadá participou de duas iniciativas de cooperação com o Brasil no Haiti: no apoio ao programa de vacinação e nos esforços para superar a violência urbana.

A cooperação internacional entre Brasil e Canadá abrange diversas áreas. Este trabalho irá focar na parte educacional desta cooperação. Ambos os países compartilham relações acadêmicas dinâmicas, fortalecidas ao longo dos anos. Acadêmicos de todas as áreas do Canadá e do Brasil aproveitam as frequentes oportunidades de intercâmbio e cooperação, apoiadas por uma variedade de programas financiados por ambos os governos.

Por parte do Brasil, o Ministério das Relações Exteriores tratou de colaborar com a questão do desenvolvimento internacional da educação, ao aprovar projetos de pesquisa realizados no Canadá, onde o interessado tem direito a concorrer a bolsas de estudo. A iniciativa marca a primeira parceria deste tipo entre os dois países e consiste de projetos conjuntos de pesquisa, em todas as áreas do conhecimento, com os objetivos principais de fortalecer a colaboração entre pesquisadores brasileiros e canadenses e de estimular a mobilidade acadêmica⁸.

Já o governo canadense, incentiva o fortalecimento de intercâmbios interpessoais por seu potencial para enriquecer o relacionamento Brasil-Canadá. Segundo uma publicação no site do governo canadense, como complemento ao Acordo em Ciência e Tecnologia, no dia 30 de agosto de 2010, ambas as nações assinaram um Memorando de Entendimento sobre os intercâmbios

⁷ Informações retiradas da publicação da FAPESP: <http://www.fapesp.br/6927.phtml>

⁸ Informações retiradas do site: <http://www.canadainternational.gc.ca>

acadêmicos e cooperação científica para impulsionar a inovação em ambos os países, usando projetos conjuntos de investigação orientada para a equipe.

De acordo com um artigo publicado pela Universidade Federal de Juiz de Fora, um dos motivos pelo qual o Canadá também incentiva tanto a vinda de estudantes e conseqüentemente futuros profissionais é para sanar o déficit de trabalhadores especializados no país. O cálculo oficial, com base em variáveis como a baixa taxa de natalidade - uma média de 1,5 filho por mulher -, traz a necessidade de força de trabalho e crescimento econômico, tornando necessário 680 mil pessoas para suprir o mercado canadense.

Québec, por exemplo, passa atualmente por baixos índices de natalidade e ao mesmo tempo grande demanda de trabalho. A província, dona do segundo maior PIB do país, vive, porém, uma expectativa positiva de empregos — até 2021, deve criar mais de 1 milhão de postos de trabalho. Por esse motivo, a província aposta em atrair profissionais de outros países, incluindo o Brasil⁹. Esta província, portanto, é um dos destinos mais promissores para estrangeiros que querem fazer a vida no Canadá.

Mas não é só a necessidade de bons profissionais que faz com que Quebec venha abrindo suas portas para os estrangeiros. Há uma valorização muito forte da multiculturalidade na região. Os canadenses que vivem em Quebec não só a consideram importante, como viabilizam o acesso de outras culturas à província.

Agências de fomento à pesquisa como CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) oferecem bolsas de estudo para estudantes ligados a programas de pós-graduação que estejam interessados em obter uma experiência internacional. O governo do Canadá também oferece programas de bolsas para estrangeiros. Todo ano, são contemplados de dez a quinze candidatos pelos programas.

Com base nisso, qual o papel que a cooperação internacional entre Brasil e Canadá pode exercer para auxiliar o desenvolvimento dos incentivos ao ensino superior? A partir desta pergunta este projeto busca entender como o intercâmbio de estudantes entre esses dois países tornou-se cada vez mais frequente e ao mesmo tempo incentivado tanto pelos governos nacionais como também passou a se tornar uma ambição pessoal dos indivíduos da população.

⁹ Informações retiradas do site: <http://www.ufjf.br/ladem/2013/11/01/baixa-natalidade-faz-canada-buscarprofissionais-no-brasil>

O Canadá e o Brasil compartilham conexões culturais e acadêmicas fortes, que tiveram expansão ao longo dos anos. Acadêmicos de todas as áreas de ambos os países aproveitam as frequentes e regulares oportunidades de intercâmbio e cooperação, apoiadas por uma variedade de programas financiados por ambos os governos.

Como um exemplo pode citar-se a posição de Pesquisador Visitante no Canadá em Estudos Brasileiros, que envolve cinco universidades - Universidade York, Universidade de Western Ontário, Universidade de Quebeque em Montreal, Universidade St. Mary e a Universidade de Calgary.

Estabelecido em 2003, este programa trouxe importantes brasileiros às universidades e reuniões no Canadá, incluindo uma conferência sobre biocombustíveis em 2008. O programa visa influenciar as orientações políticas e de pesquisa, construir o desenvolvimento institucional e aumentar a relação bilateral¹⁰.

Este processo de especialização no exterior pode ser encarado por muitos como um Fuga de Cérebros - uma emigração em massa de indivíduos com aptidões técnicas ou de conhecimentos – pois, os estudantes procuram completar sua grade curricular com instituições estrangeiras, ao invés de nacionais. Porém, uma parcela dos indivíduos ainda retorna ao Brasil para aplicarem os conhecimentos adquiridos no Canadá, tornando esta relação acadêmica e profissional entre os países, harmoniosa.

Dentre os temas centrais das relações bilaterais estão parcerias em educação, ciência, tecnologia e inovação. O Canadá estabeleceu uma meta de receber até 2015, 12 mil bolsistas no âmbito do "Ciência sem Fronteiras" – o que faria do país o segundo principal destino de estudantes brasileiros beneficiados pelo programa. Pode-se notar a partir disto o compromisso do mesmo em tornar o ingresso de estudantes estrangeiros em suas instituições, legítimo.

Lançado em 2011, o Comitê Conjunto Brasil-Canadá em Ciência, Tecnologia e Inovação impulsiona a cooperação para pesquisas em áreas como ciências da vida, energias renováveis, tecnologias da informação, tecnologias oceânicas e nanotecnologia.

Esses e outros tipos de programa são alguns exemplos de incentivos fornecidos pelos dois países, na área educacional – focando-se no ensino superior – e também na área de pesquisa. A cooperação internacional entre Brasil e Canadá, não somente na área educacional – também

¹⁰ Informações retiradas do site: <http://www.bolsas.academicis.org/2015/01/cnpq-lanca-edital-para-bolsa-de.html>

comercial e política – possibilitou um maior estreitamento entre as relações das duas nações, fazendo-se assim um laço que permite os indivíduos dos dois países, considerarem suas opções no que diz respeito ao seu grau de ensino e também carreiras profissionais.

A escolha do tema deste trabalho foi baseada pelo destaque que estudantes brasileiros têm dado aos estudos no exterior, principalmente no Canadá. Nota-se uma preferência pelo país de língua franco-inglesa, onde as possibilidades de aprendizado, e imersão cultural são bastante proveitosas.

Nota-se também o fato de que o Canadá é um país que é bastante propenso à recepção de estrangeiros – devido também a sua política de aceitação de imigrantes. Tornando-se assim uma nação receptiva, onde os estudantes sentem-se acolhidos e confortáveis, mesmo longe de casa.

Os objetivos deste projeto apresentado são importantes, pois orientam a revisão da literatura e por consequência norteiam a metodologia do projeto. O objetivo geral é analisar a cooperação internacional entre Brasil e Canadá, no que tange a área educacional, focando-se nos incentivos no ensino superior.

Os objetivos específicos são analisar os sistemas de educação superior do Brasil e do Canadá, estudar como se deu a ascensão da cooperação internacional entre Brasil e Canadá, compreender quais são as formas de incentivo para a ida de estudantes para o exterior, e por fim, entender quais são as consequências e benefícios deste tipo de intercâmbio.

O proposto trabalho procura analisar as relações entre Brasil e Canadá, no que diz respeito aos incentivos dos dois países no ensino superior. Desde conexões diplomáticas de anos atrás, até medidas de incentivo a imigração, esses dois países progrediram em sua cooperação de uma maneira exitosa.

A base literária usada para compor este projeto baseia-se em autores brasileiros - Simon Schwartzan, Helena Sampaio e Manolita Correia Lima, e de diversas outras nacionalidades – Jane Knight, Hans Wit e Zha Qiang, que procuraram estudar e entender separadamente, a questão do sistema de ensino superior, e também o fenômeno da internacionalização da educação.

O estudo feito por Manolita Correa Lima e Carolina Machado sobre o *Sistema de Educação Superior Mundial* será de extrema importância e servirá de base para a confecção deste projeto. Também serão levadas em consideração duas obras que explicam os sistemas de educação superior tanto brasileiro (*Evolução do ensino superior brasileiro*) quanto canadense (*Education in Canada*) para podermos estabelecer a relação entre os dois. Por fim, serão utilizadas obras da autora

canadense Jane Knight, que embasará todos os nossos argumentos a respeito da internacionalização da educação.

Para se compreender como essas duas nações chegaram ao ponto de interligação que estão hoje, fez-se necessário analisar como a globalização atuou para que esta cooperação de fato acontecesse. O mundo passou de conectado para hiperconectado e interdependente nos últimos dez anos.

Será utilizada uma metodologia qualitativo-descritiva, pois através da análise de gráficos confeccionados a partir de pesquisas e entrevistas, foi possível estabelecer-se um estudo mais aperfeiçoado sobre a quantidade ou porcentagem real de indivíduos que se interessam por estudar fora, quais os destinos mais almejados por estudantes aspirantes a saírem de seus países, a real parcela das populações que de fato cursa um ensino superior, entre outros tópicos que nos ajudarão a completar o estudo sobre esta cooperação.

Através destes estudos, se fez possível a construção deste trabalho. Entendendo como ambos países funcionam, como se comportam em ambiente internacional e como a globalização da educação possibilitou a correlação entre ambos. As fontes de materiais explorados na fundamentação das ideias serão de caráter bibliográfico e documental.

Portanto, primeiramente para se compreender o processo de cooperação internacional deve-se ressaltar a questão fundamental da globalização. A mesma trata-se de um conjunto de transformações na ordem política e econômica mundial, visíveis desde o final do século XX. Trata-se de um fenômeno que criou pontos em comum na vertente econômica, social, cultural e política, e que conseqüentemente tornou o mundo interligado, uma Aldeia Global (FRIEDMAN, 2005).

Thomas Friedman afirma em seu livro *The World Is Flat* (2005), e também na convenção de Globalization of Higher Education, que “o que aconteceu no início do século XXI, foi a fusão da globalização com a revolução da tecnologia”, ou seja, a globalização foi impulsionada pela sua aliança com a tecnologia. E o resultado dessa fusão foi uma maior conectividade e interdependência entre os atores.

Porém, como a globalização fez-se influente no sistema de educação superior? Com o advento da internacionalização. Tal advento é explicado por Marília Costa Marosini (2006) como uma “marca das relações entre as universidades“. O próprio objetivo da educação é internacional. Pois busca-se ensinar, busca-se aprender para que, com este conhecimento atinjam-se objetivos que

não necessariamente detém-se numa esfera micro. As informações, os conhecimentos são transnacionais, multiculturais.

A universalidade do conhecimento impõe ao sistema de educação superior contornos internacionais. Com a crescente valorização do conhecimento, este traço é ampliado e este mesmo sistema transita entre a internacionalização e a globalização.

Nesse contexto de mundo globalizado, os estudantes convivem com possibilidades e oportunidades de trabalho em empresas e instituições multinacionais com exigências de, minimamente, um segundo idioma de abrangência mundial como o inglês. Assim, não há dúvida de que os alunos precisam de um curso superior internacionalizado, que contemple o segundo idioma dentro das matrizes curriculares.

Para Marosini (2006), as instituições nacionais, incluindo o próprio Estado, não se desenvolvem autonomamente, sendo antes modeladas no contexto supranacional pelo efeito de uma ideologia mundial (ocidental) dominante. A partir daí nota-se tecnicamente uma oportunidade para conexão com outras instituições, no campo da educação.

Segundo Knight (1999), na contemporaneidade, a internacionalização da educação tem evoluído da mobilidade de pessoas (manifestação recorrente) para a circulação de programas, abertura de campi (branch-campus), e instalação de instituições fora do país de origem.

Torna-se nítida a necessidade de uma proposta mais ampla, inovadora e acessível, onde os responsáveis pela educação dos países pudessem ofertar um modelo de ensino que contemplasse de maneira horizontal e vertical todos os segmentos educacionais. Surge também o dever de se trabalhar uma nova proposta pedagógica internacionalizada, com intercâmbios e formação de pessoas preparadas para saírem do Brasil e desenvolverem suas atividades com paridade perante os estudantes de outras nacionalidades.

1. CAPÍTULO: CARACTERÍSTICAS INDIVIDUIAS DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO E CANADENSE

Primeiramente faz-se necessário analisar e compreender a evolução histórica do ensino superior, numa visão geral. É importante fazer a conexão entre o foco da internacionalização da educação dos dias atuais a partir das raízes das antigas faculdades e antigos métodos de ensino até o presente dia.

Segundo Knight (1995), com o fim da Guerra Fria, as nações tornaram-se mais interdependentes e iniciou-se a era da informação, ou seja, uma era de maiores avanços tecnológicos que proporcionariam às sociedades globais atingir novas metas, novas conquistas que antes não eram possíveis. Esta nova era possui, como essência, um paradigma organizado a partir do desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação. Neste paradigma, a aplicação do conhecimento e o processamento da informação constituem os elementos primordiais dos processos produtivos.

Tendo isto em mente, Knight (1995) afirma que o caráter de ensino, das universidades, do ensino superior como um todo, adotou uma visão mais isolada do que antes. Como efeito da globalização, o padrão de ensino “universal” adotado anteriormente, agora sofria alterações:

His reference to a supposed restoration of the universal character of Science and education is based on the assumption that higher education in the past has gone from a global to a more isolationist national period, and that the globalization of present society requires a renewal of its universal role (MULLER, apud KNIGHT, 1994, p. 6).¹¹

Até 500 anos atrás o sistema de ensino superior podia ser tipificado pelo modelo “convergente” de ensino universal. Porém, após os eventos citados anteriormente, passou a adotar um modelo “divergente”, pois segundo Knight (1995) “Education and Higher education, not only

¹¹ Tradução livre da citação - Sua referência a uma suposta restauração do carácter universal da Ciência e educação baseia-se no pressuposto de que o ensino superior no passado passou de um global para uma fase nacional mais isolacionista, e que a globalização da sociedade atual exige uma renovação do seu papel universal.

came to serve the administrative and economic interest of the nation-states but became an essential aspect of the development of national identity”¹² (MULLER, apud KNIGHT, 1995, p. 6)

Ou seja, o ensino superior passou a ser uma característica individual de cada nação, estabelecendo-se assim uma singularidade nos conhecimentos e informações repassados pelas instituições de cada uma, não mais possuindo um caráter universal. Assim deu-se a particularidade do sistema de educação superior.

A partir daí as nações, agora mais autônomas, passaram a enxergar na cooperação internacional, uma oportunidade para se compartilhar, expandir e entender os conhecimentos alheios. Para Knight (1995) “It has generally been to the advantage of nation-states to support the expansion of higher learning and its internationalization within and beyond their border”¹³.

1.1 – Sistema de Ensino Superior Brasileiro

Analisando-se um pouco da historicidade do processo de expansão do ensino superior, deve-se analisar também como se desenvolveu historicamente os sistemas educacionais de ambos os países estudados neste projeto. Começando pelo Brasil, focaremos a partir da década de 60, onde o país situava-se em um período de regime militar, o que ocasionou várias reivindicações e reformas na área educacional.

Esta década de 60 foi para o sistema educacional do Brasil, uma época de repressão e aos mesmo tempo expansão. A repressão política nas universidades brasileiras ocorreu através da confrontação e reivindicação dos estudantes e também dos professores, aos regimes militares. Para os militares, sobretudo no início, os problemas do ensino superior eram uma questão de polícia e disciplina (SAMPAIO, 1991).

Reitores eleitos foram substituídos por coronéis, professores foram demitidos, estudantes foram presos, as ciências sociais acabaram sendo banidas e a educação cívica obrigatória foi introduzida. Tudo isso culminando para uma maior revolta estudantil contra o regime (SAMPAIO, 1991).

¹² Tradução livre da citação - Educação e Ensino Superior, não só vieram para servir o interesse administrativo e econômico dos Estados-nação, mas tornou-se um aspecto essencial do desenvolvimento da identidade nacional.

¹³ Tradução livre da citação - Tem geralmente sido em benefício dos estados-nação, para apoiar a expansão do seu próprio ensino superior e da sua internacionalização dentro e fora da sua fronteira.

Porém, segundo Helena Sampaio (Evolução do ensino superior brasileiro 1808-1990), em 68 houve uma reforma promulgada pelo Governo Federal que incorporava muitas das novas ideias do movimento docente e estudantil, tais como abolir a cátedra e instituir os departamentos como unidades mínimas de ensino e pesquisa, implantar o sistema de institutos básicos, estabelecer a organização do currículo em duas etapas: o básico e o de formação profissionalizante.

Também decretar a flexibilidade curricular com o sistema de crédito e a semestralidade e estabelecer o duplo sistema de organização: um, vertical, passando por departamentos, unidades e reitoria; outro horizontal, com a criação de colegiados de curso, que deveriam reunir os docentes dos diferentes departamentos e unidades responsáveis por um currículo.

A partir destas reformas, era possível organizar uma universidade bastante próxima dos ideais dos movimentos estudantis e docentes. Mas, na prática, as coisas funcionaram de modo diverso. O novo modelo foi implantado, a partir de 1969, sob um regime político extremamente autoritário, que mantinha as universidades sob intensa suspeita e vigilância policial.

Em função disso, montaram-se mecanismos paralelos não acadêmicos de controle político-ideológico que se constituíram como elemento corruptor e perturbador de todo o sistema. Nesse processo, docentes e estudantes refugiam-se numa postura de oposição intransigente e, atribuindo "à ditadura" todos os males das universidades.

Apesar do cenário desfavorável, as reformas de 68 incluíam medidas de efetiva democratização interna e substancial aumento da participação de estudantes e professores na gestão da instituição. Incluía ainda medidas que promoviam o fortalecimento de valores acadêmicos como a estruturação da carreira e a valorização da pesquisa (SAMPAIO,1991).

Neste contexto, houve um boom no sistema educacional brasileiro. A demanda por ensino superior sofreu grandes alterações. De acordo com Sampaio (1991) a expansão de vagas para o ensino superior que se inicia nos anos 60 e se intensifica ao longo da década de 70 é um fenômeno bastante conhecido. Em cerca de vinte anos, o número de matrículas no ensino superior vai de 98.892 (1961) para 1.345.000 (1980), sendo os anos de 1968, 1970 e 1971 os que apresentam as maiores taxas de crescimento.

Quadro 1 - Evolução das Matrículas em Estabelecimentos Públicos e Privados - Brasil 1960-1980

Ano	Total de Matrículas	% de Crescimento	Matrículas Instituições Privadas	% das Matrículas privadas sobre o total
1961	98.892	6	43.560	44,0
1962	107.299	9	43.275	40,3
1963	124.214	16	47.428	38,2
1964	142.386	15	54.721	38,4
1965	155.781	9	68.194	43,8
1966	180.109	16	81.667	45,3
1967	212.882	18	91.608	43,0
1968	278.295	31	124.496	44,7
1969	342.886	23	157.826	46,0
1970	425.478	24	214.865	50,5
1971	561.397	32	309.134	55,1
1972	688.382	23	409.971	59,6
1973	772.800	12	472.721	61,2
1974	937.593	21	596.565	63,6
1975	1.072.548	14	662.323	61,8
1976	1.044.472	—	648.862	62,1
1977	1.137.070	9	708.554	62,3
1978	1.267.559	11	779.592	61,5
1979	1.298.331	2	808.253	62,3
1980	1.345.000	4	852.000	63,3

Fonte: Levy apud Sampaio, 1991

Porém, este crescimento na demanda por ensino superior foi suprido apenas parcialmente pelas instituições públicas. A outra metade foi atendida por instituições privadas. Se em 1960 as matrículas em instituições privadas representavam 44,3% sobre o total de matrículas no ensino superior, em 1980, elas passam a representar 63,3% (852.000) (quadro 1), o que afirma mais ainda a teoria de que o aumento dos estudantes de 3º grau se deu acima de tudo pela expansão do setor privado (SAMPAIO, 1991).

Quadro 2 – Distribuição das matrículas de nível superior, por dependência administrativa e tipo de instituição (universidades e outras). 1988

Dependência Administrativa	Universidades	Total
Federais	96%	317.831
Estaduais	68%	190.736
Municipais	22%	76.784
Particulares	35%	918.209
Total	51%	1.503.560

Fonte: Schwartzman, 1990b.

Os avanços e transformações ocorridos no sistema de ensino superior brasileiro nos últimos anos são parte de um processo de atualização que atingiu todos os países onde os sistemas

educacionais das sociedades são fracamente estruturados. A busca por universidades por parte de jovens provenientes de famílias sem tradição em instrução de nível superior ou ainda por pessoas mais velhas que buscam ensino superior com o objetivo de se “modernizar” ou melhorar sua posição no emprego, a presença feminina cada vez mais constante em cursos predominantemente masculinos, são fenômenos dados como consequência da modernização dos sistemas universitários (SAMPAIO,1991).

Os mesmos tornaram-se organizações complexas, ao lado dos cursos tradicionais, destinados antes às elites, surgiram novas modalidades de ensino, com objetivos mais imediatos e com um acentuado caráter ainda experimental, que passam a incorporar novas classes sociais. Sampaio (1991), afirma que dentro deste cenário de transformações gerais, pelas quais passaram diversos sistemas de ensino superior, inclusive o do Brasil, a evolução da educação superior brasileira apresenta algumas características particulares:

1.1.1 Diferenças Institucionais e Organizacionais

Como já citado anteriormente, o setor privado teve um papel significativo no quantitativo de matrículas no ensino superior. Nos dias atuais, grande parte do número de matrículas no ensino superior é proveniente de instituições privadas. Isso revela a incapacidade do sistema público em atender à demanda crescente por educação superior de setores socialmente ascendentes.

1.1.2 Diferenças Regionais

A segunda característica diz respeito às profundas diferenças regionais que o sistema apresenta. Como exemplo, Helena Sampaio aponta uma comparação entre São Paulo e os demais estados do país. São Paulo é o estado mais industrializado do Brasil, englobando cerca de um quinto de sua população e um terço das matrículas do sistema nacional de ensino superior. É também nessa região onde as duas vertentes do ensino superior (ensino público e privado) brasileiro se desenvolveram de forma mais completa.

No Estado de São Paulo proporcionalmente, o número de matrículas em universidades públicas é menor do que o de outras regiões, mas suas universidades são de longe consideradas as melhores, enquanto o seu setor privado é muito mais complexo e diferenciado. Esta situação contrasta com a da do Nordeste, por exemplo, onde cerca de 70% dos estudantes estão matriculados em universidades públicas, cujos padrões acadêmicos são normalmente inferiores.

1.1.3 Diversificação das carreiras

Além das diferenças regionais, adiciona-se também uma outra característica do desenvolvimento do ensino superior no Brasil. Um conjunto de novas carreiras, sendo sua maioria nas áreas sociais e em novas áreas profissionalizantes. Daí verificou-se também a expansão do setor privado. Os cursos mais escolhidos por estudantes na década de 70 foram psicologia, ciências contábeis, administração e ciências sociais aplicadas. Essas carreiras absorveram em 1988 quase 600 mil estudantes.

Tendo por base os 4.200 cursos existentes hoje no ensino superior, foi possível classificá-los em três setores: o tradicional, o moderno e o recente. Esta análise foi realizada por Schwartzman, 1990, a partir de dados do Serviço de Estatística do MEC para o ano de 1988.

Quadro 3 – Principais carreiras do ensino superior brasileiro (com mais de 2 mil matrículas em 1988), pela época de fundação

Carreiras tradicionais (até 1970 exclusive) Farmácia, medicina, odontologia, música, filosofia, direito, medicina veterinária, biblioteconomia, ciências sociais, engenharia, ciências econômicas, agronomia, serviço social, física, química, geografia, história, química industrial, geologia, letras, matemática, economia doméstica, enfermagem e obstetria, comunicação social
Carreiras modernas (entre 1970 a 1975 exclusive) Arquitetura e urbanismo, pedagogia, ciências biológicas, educação física, ciências contábeis, psicologia, administração, educação artística, estudos sociais, nutrição, magistério de ciências, estatísticas.
Cursos recentes (1975 e após): Engenharia florestal, comunicação visual, artes práticas (licenciaturas de 1º grau em artes industriais, educação para o lar, técnicas agrícolas e comerciais), turismo, desenho industrial, zootecnia, formação de professores do currículo especial do 2º grau, terapia ocupacional, construção civil, fisioterapia, fonoaudiologia, secretário executivo, processamento de dados, ciências da computação.

Fonte: Levy apud Sampaio, 1991

Outra característica do ensino superior brasileiro é que, apesar de toda a sua expansão nos últimos anos, a percentagem hoje de pessoas entre 20 e 24 anos que estudam nas universidades brasileiras é bastante baixa, tanto em relação aos países mais desenvolvidos quanto, inclusive, aos demais países latino-americanos.

Enquanto o número de universitários tem se mantido estável nos últimos 10 anos, em torno de 1,5 milhões de alunos, para esse mesmo período, o número de jovens entre 20 e 24 anos aumentou

cerca de 20%, de 11 milhões para 13 milhões¹⁴. Dados do Banco Mundial indicam que no Brasil apenas 11% da população nessa faixa etária ingressam no ensino superior, ao passo que países como o Chile, Argentina, Coréia e EUA apresentam índices mais altos da ordem de 18%, 39%, 36% e 60% respectivamente (quadro 4).

A principal razão desta situação são as dimensões reduzidas do sistema brasileiro de educação secundária, que deixa de fora a grande maioria da população em idade escolar. Dos que chegam a se formar, uma taxa relativamente alta — 28% — ingressa na universidade, uma cifra não muito distante dos que apresentam a Espanha e a França, onde esse percentual se situa em torno de 33%.

Quadro 4 - Percentagem de estudantes na faixa etária matriculados na educação secundária e superior, diversos países, 1987

País	A: educação média	B: educação superior	B/A
Brasil	39%	11%	28%
Chile	70%	18%	25%
México	53%	16%	30%
Polônia	80%	18%	22%
Argentina	74%	39%	52%
Coréia	88%	36%	41%
Espanha	102%	30%	30%
França	92%	31%	33%
USA	98%	60%	61%

Fonte: Levy apud Sampaio, 1991

Evidentemente, o mérito em expandir o ensino superior no país como um instrumento de democratização da educação é algo notável, principalmente quando reconhecidamente articulado com políticas de incentivo, como o Programa Universidade para Todos – PROUNI, do governo federal, que seria responsável pela inclusão de cerca de 200 mil estudantes.

O PROUNI, criado em 2004, é o programa do Ministério da Educação que concede bolsas de estudo integrais e parciais de 50% em instituições privadas de educação superior, em cursos de

¹⁴ Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior.

Em todo país, serão oferecidas 125.442 bolsas, sendo 57.092 integrais e 68.350 parciais ofertadas em 22.967 cursos de 901 instituições de ensino superior. A seleção é feita de acordo com o desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), levando em conta dos critérios socioeconômicos da família do estudante. O programa concede bolsas integrais apenas para candidatos com renda familiar bruta mensal per capita de até 1,5 salário mínimo. Já as parciais são dadas no caso em que a renda familiar bruta mensal per capita não exceda o valor de 3 salários mínimos¹⁵.

Apesar destas iniciativas, deve-se atentar quanto aos riscos de um possível crescimento desorganizado no setor privado, que envia vários pedidos de abertura de cursos ao MEC, aumentando a concorrência, multiplicando os cursos, causando o fracionamento de recursos que deveriam ser destinados aos cursos já existentes nestas instituições e, portanto, provocando resultados qualitativos muito aquém do desejável nestas escolas.

É muito provável que, medidas de racionalização de recursos destinados aos investimentos sociais que marcaram as últimas décadas, tanto no plano federal, como estadual, tenham impactado o desenvolvimento de políticas educacionais.

Simon Schwartzman (2005) afirma que existe um consenso bastante generalizado, no Brasil, de que o ensino superior tem problemas, mas muito pouca clareza sobre o que fazer para superá-los. Uma lista das questões geralmente apontadas inclui a falta de qualidade, pois existiriam universidades boas, cursos de graduação e programas de pós-graduação de boa qualidade, mas muita coisa - possivelmente a maior parte - de má qualidade.

O conteúdo, devido ao demasiado número de estudantes em cursos sem conteúdo técnico-profissional, e poucos com formação pertinente às necessidades. O país não estaria formando os técnicos e profissionais de que realmente necessita. Ambos estes fatores acabam gerando o desemprego, que para Schwartzman nada mais é, do que a consequência da combinação dos dois. E também a concentração, o governo concentraria os recursos para a educação superior na região centro-sul, em detrimento das regiões mais pobres e, sobretudo do Nordeste.

¹⁵ Informações retiradas da matéria publicada em 08/06/2016 no G1: <http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraibaregiao/noticia/2016/06/prouni-esta-com-inscricoes-abertas-para-cursos-em-16-cidades-da-regiao.html>

Como exemplo da desigualdade de investimento e custos educacionais, o Brasil gasta dez vezes mais no ensino superior do que no ensino médio. Enquanto que nos Estados Unidos o gasto é 2,5 vezes maior e na França é praticamente igual para as mesmas etapas. De alguma forma, estes dados indicam que há erros na aplicação de recursos na educação superior, não que necessariamente existam excessos, mas que devam ser vinculados com objetivos, metas e resultados e, sobretudo, aponta para a urgência de ampliação dos investimentos na educação básica (SCHWARTZMAN, 2005).

As características do ensino superior apresentadas demonstram que a variedade de estudantes que ingressam na educação superior, a diversidade regional brasileira e os vários perfis institucionais que se observam ao se estudar alguns segmentos das instituições, são em favor da existência de políticas de igualdade, que possibilitem por um lado, ampliar o número de vagas possíveis para alunos nas universidades públicas e por outro, o incentivo de programas que contribuam para o financiamento ou o subsídio público do Estado para o acesso de estudantes em escolas privadas.

Neste contexto, acerca das medidas necessárias para a mudança educacional, Schwartzman (2005) aponta que a melhoria da qualidade da educação básica, democratização da educação superior, melhoria da gestão dos recursos financeiros e o alcance da igualdade de oportunidades serão mais efetivos à medida que os profissionais da educação estiverem mais comprometidos, havendo salários dignos, relação de cooperação com os gestores educacionais e envolvidos com atividades acadêmicas e intelectuais.

A barreira da educação é possivelmente o maior obstáculo que separa o Brasil de hoje, com seus problemas ainda persistentes de desigualdades sociais, desemprego e marginalização social, de um país economicamente mais maduro, com maior igualdade de oportunidades, de rendas e maior estabilidade e integração social.

Não é que, como se pensava no passado, a educação tenha a virtude de, por si só, resolver todas as demais questões de natureza política, econômica, ambiental e cultural. Mas ela é uma condição necessária para o equacionamento de todas as demais questões, e, o que é mais interessante, talvez seja a política social mais fácil de equacionar e conduzir a curto e médio prazo, apesar de todas as dificuldades.

De acordo com Schwartzman (2005), ainda que ninguém discorde a respeito da importância da educação, vale a pena ressaltar dois de seus impactos, que têm sido assinalados mais recentemente pelos especialistas. Primeiro, estatisticamente, as diferenças educacionais são a principal causa das

desigualdades sociais no Brasil - mais do que região de residência, sexo, cor da pele, ou ocupação ou qualquer outra variável que se possa considerar. Segundo, os investimentos em educação são altamente produtivos, e os países, regiões e grupos sociais que investem em educação são os que mais aumentam sua produtividade e mais conseguem atrair e fixar investimentos em benefício de suas regiões e de sua população.

Ao longo do tempo, as ideias sobre as fontes de riqueza das nações têm variado, começando pelas terras, e abrangendo depois os recursos naturais, o poder econômico e militar, o acesso a altas tecnologias e o capital. Hoje está claro que a grande fonte de riqueza, e o recurso mais escasso, que tem o poder de atrair todos os demais, é uma população homogeneamente competente e devidamente educada (SCHWARTZMAN, 1994)

1.2 – Sistema do Ensino Superior Canadense

Tendo aprofundado e analisado a estrutura do ensino superior brasileira, podemos agora em contrapartida estudar o sistema de educação canadense. Quais suas características, a estrutura organizacional das instituições, o estudo qualitativo de estudantes nas universidades canadenses, a influência do sistema político na educação e eventualmente a comparação entre ambos os sistemas canadense e brasileiro. Será usado como base de análise, um artigo publicado pelo Conselho de Ministros da Educação do Canadá (CMEC).

Para ressaltarmos as diferenças entre Brasil e Canadá devemos começar pelo sistema de subdivisões do país. O Canadá é um país constituído por dez províncias e por três territórios diferentes. Cada uma das províncias possui certo grau de autonomia em relação ao governo federal, podendo criar leis e impostos provinciais. Além disso, as províncias são responsáveis pelo fornecimento de serviços como educação e saúde pública, por exemplo, (de acordo com a Constituição Canadense, o legislador de cada província pode fazer exclusivamente leis em relação à educação).

Cada província e território têm um ou dois departamentos ou ministérios responsáveis pela educação, liderados por um ministro que é quase sempre um membro eleito da legislatura e nomeado para o cargo pelo líder do governo da jurisdição. Vice-ministros, que pertencem à função pública, são responsáveis pela operação dos departamentos. Os ministérios e departamentos fornecem funções de suporte à gestão e escolares educacionais, administrativos e financeiros, e definem tanto os serviços educacionais a prestar e a política e os quadros legislativos.

Deixando à parte as questões de divisões territoriais e políticas, existem algumas diferenças fundamentais entre o ensino superior canadense e o brasileiro que devem ser observadas. A lógica quanto à sequência da educação continua sendo a mesma, para fazer o ensino médio é preciso ter passado pelo ensino fundamental, para fazer um curso profissionalizante ou universitário é necessário estar no final do ensino médio ou já ter encerrado o ensino médio. Para fazer mestrado precisa ter feito um bacharelado, e assim por diante.

A nomenclatura, no entanto, muda bastante. E também muda a organização geral dos cursos, as matérias, assim como os requerimentos para que o estudante seja aceito (o que é muito importante principalmente quando o caso é mestrado ou doutorado). Primeiramente, o vestibular. No Canadá não existe o conceito de vestibular como no Brasil. A ideia de fazer uma prova que abrange todas as matérias do ensino médio para aí sim definir se um estudante poderá ocupar uma vaga em uma universidade não funciona. Em vez disso, o método de ingresso nas universidades se dá através de aplicações.

No Brasil, quem faz um curso universitário se forma com um título de bacharelado (ou licenciatura, dependendo do curso). No Canadá, quem faz um curso universitário sai da universidade com um BA ou um BSc. BA é a sigla para Bachelor of Arts, que geralmente é utilizada para cursos mais teóricos e focados na profissão como é praticada atualmente, ou seja, não são necessariamente muito focados em pesquisa para o avanço da profissão.

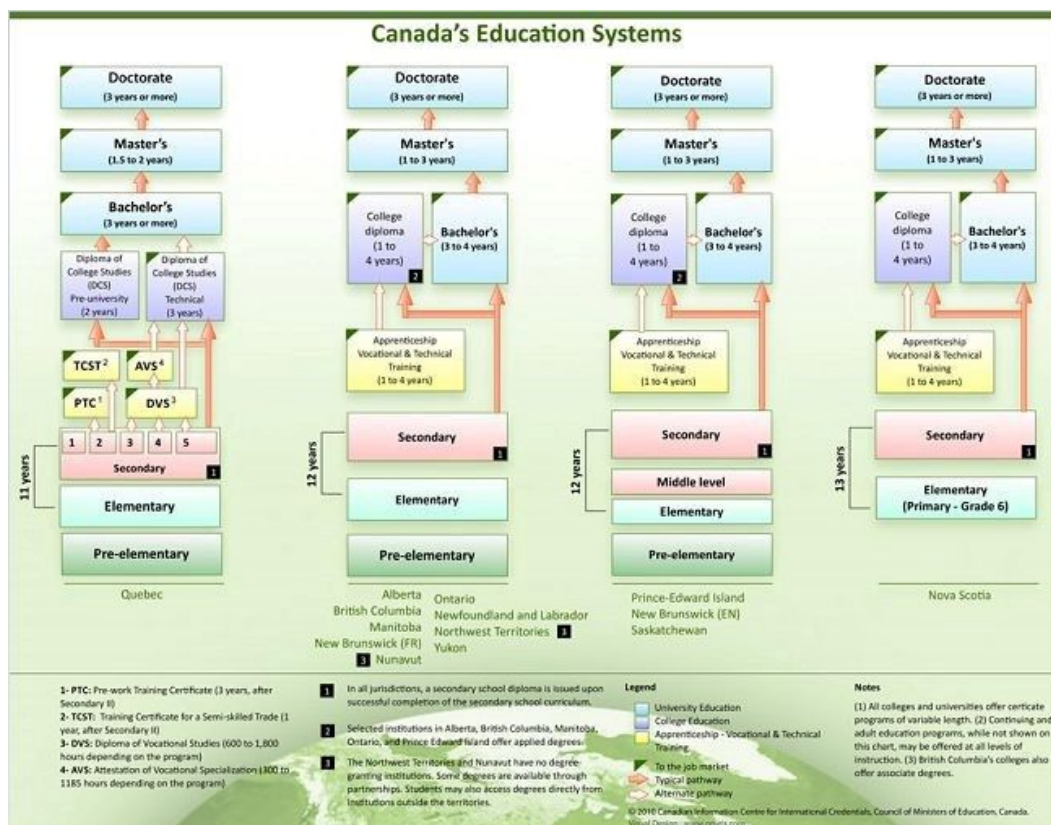
Já BSc é a sigla para Bachelor of Science, que é destinada para cursos que dão bastante ênfase em pesquisa científica. É comum que uma universidade ofereça em seu “menu de cursos” dois cursos com um mesmo título (por exemplo, Ciência da Computação) mas que, na sequência, são diferenciados por um “BA” ou um “BSc”, de acordo com a ênfase dada à pesquisa científica em cada um deles.

A experiência profissional também é muito importante no caso de quem quer seguir em frente na carreira acadêmica. Por experiência profissional entende-se experiência com trabalhos de pesquisa científica. Trabalho voluntário, participação em grupos de estudos, participação em grupos de associações universitárias, presença em sala de aula, proximidade com os professores, etc.

Tudo isso pode contar pontos valiosos, pois para um mestrado (Master’s Degree), ter referências é extremamente importante. E essas referências devem ser dadas por professores que realmente atuaram junto ao aluno em projetos de pesquisa, idealmente por grandes períodos de tempo (6 meses, 1 ano, ou mais).

O “doutorado” brasileiro é o “PhD” canadense. Tanto o Master’s Degree quanto o PhD são considerados “graduate studies”, ou em outras palavras, “grad school”. Bacharelados são considerados não como “cursos de graduação”, como no Brasil, mas como “undergraduate studies”, ou “undergrad”. O título que foge a essa lógica é o “postgraduate”, que se refere a cursos que são feitos após qualquer graduação, seja de ensino médio ou de um curso universitário ou college. Este último sendo caracterizado como um curso complementar profissionalizante¹⁶.

O Canadá tem 163 universidades públicas e privadas e 183 “colleges” e institutos reconhecidos. Além das instituições reconhecidas, existem 68 instituições de nível universitário e 51 os de nível “college” que operam como instituições autorizadas, em que apenas programas selecionados e aprovados pelo governo (baseado em seu nível de qualidade) são postos em prática¹⁷.



Fonte: Education in Canada, Council of Ministers of Education, 2008.

¹⁶ Informações obtidas através dos sites: <http://sairdobra.com/estudar/sistema-educacional-do-canada>

¹⁷ Informações e tabela retiradas do livro Education in Canada, Council of Ministers of Education, 2008.

Na década de 60, a educação pós-secundária canadense era oferecida quase exclusivamente pelas universidades. A maioria delas era particular, e também agregadas à comunidades religiosas. Durante os anos 60, entretanto, a demanda por uma maior variedade na educação pós-secundária aumentou consideravelmente e as matrículas cresceram com grande rapidez, e também os sistemas de instituições públicas pós-secundárias não-universitárias começaram a se desenvolver (CMEC, 2008).

Hoje, a educação universitária, assim como outros tipos de educação pós-secundária, é subsidiada pelos governos federal e provincial. Os estudantes universitários pagam apenas cerca de 17.8% do custo efetivo de ensino de \$ 6.6 milhões¹⁸.

Conforme informado anteriormente, o governo do Canadá direciona, já há um bom tempo, uma grande parcela de financiamento para o setor educacional. Segundo o artigo publicado pelo Conselho de Ministros do Canadá (2008) em 2005 e 2006 os governos provinciais, territoriais, federais e locais gastaram US \$ 75,7 bilhões, em todos os níveis de ensino, o que representou 16,1% do total das despesas públicas. Desse total, \$ 40,4 bilhões foi para o ensino fundamental e médio, \$ 30,6 bilhões para a educação pós-secundária, e US \$ 4,6 bilhões para outros tipos de educação, tais como a reciclagem especial e curso de línguas para os recém-chegados (CMEC, 2008).

Como uma das características de um país desenvolvido, o Canadá financia com afinco o seu sistema educacional, o levando a um nível de aprimoramento elevado. Consequentemente estudantes canadenses tendem a se sentir mais motivados a frequentar as instituições e também a se especializarem. De acordo com a Association of Universities and Colleges of Canada, em 2005, havia 806 mil estudantes em tempo integral nas universidades (um aumento de quase 150 mil nos quatro anos anteriores), bem como 273 mil estudantes em tempo parcial.

Em 2005, as universidades canadenses graduaram um número estimado de 175 mil estudantes em licenciatura, 33 mil em mestrado e 4.200 em doutorado. A Associação de Canadian Community Colleges relatou que, em 2004 e 2005, as inscrições em faculdades públicas em tempo integral foram de quase 515 mil estudantes.

As províncias e territórios canadenses têm desenvolvido abrangentes sistemas diversificados de ensino, destinados ao amplo acesso e a corresponder ao aspecto bilíngue (inglês e francês) e multicultural da sociedade canadense. A respeito deste último, o multiculturalismo é levado muito a sério no Canadá. Sendo assim, há uma grande probabilidade que o aluno fará parte de um corpo

¹⁸ Informações retiradas do site do governo canadense <http://www.canadainternational.gc.ca>

estudantil diversificado e aprenderá com professores de diferentes nacionalidades, ou que pelo menos já terão tido algum tipo de experiência no exterior.

O Canadá é um país oficialmente multicultural desde 1971 (O governo canadense adotou oficialmente a política de multiculturalismo). Conseqüentemente, grande parcela de seus estudantes, é estrangeira. Cada vez mais estudantes tanto brasileiros quanto de outras nacionalidades buscam ir para lá para cursarem uma graduação ou pós, ou outro tipo de curso de especialização.

Um lado negativo para o Canadá, nesta alta rotatividade de estudantes se especializando, é que tecnicamente, muitos deles não permanecerão no país para agregar valor à economia e desenvolvimento do mesmo. Então o Canadá acaba que financiando a educação de estrangeiros, para que os mesmos depois retornem aos seus países.

Na teoria, tal processo não seria de interesse do governo canadense. Porém, devido à abertura de seu mercado e economia para mão de obra estrangeira, os estudantes que lá se especializam, acabam tendo a oportunidade de juntar-se ao mercado de trabalho local, resultando então em sua permanência no Canadá. Uma prova concreta disto, é que o governo canadense divulgou no dia 20 de março de 2015 que convidou mais 1620 pessoas para imigrar para o Canadá¹⁹.

Os candidatos a imigrantes devem agora entrar para uma base de dados online, onde ficam ranqueados numa escala de 0 a 1200 pontos. Para ser convidado a imigrar, o candidato precisa preencher um formulário online com questões relativas a habilidades profissionais, experiência de trabalho, domínio em inglês e / ou francês, nível educacional e ter um perfil com pontuação igual ou acima da nota de corte do momento.

Importante lembrar que candidatos com oferta de emprego possuem sempre preferência nas chamadas da Imigração. Portanto, toda vez que a Imigração faz uma chamada (ou, ‘convite para imigrar’) são convocados primeiro os candidatos com oferta de emprego.

Aos candidatos que ainda não obtiveram uma oferta de emprego aprovada (dentro do sistema do ‘Labour Market Impact Assessment’) ou que não foram ainda nomeados por uma Província ou Território Canadense, terão que se registrar no banco de empregos oficial do país, o ‘Employment and Social Development Canada’s (ESDC)²⁰.

¹⁹ Notícia publicada no site do governo canadense:

<http://www.cic.gc.ca/english/department/mi/index.asp?expand=mi-pr-express#mi-pr-express>

²⁰ Informações retiradas do site: <http://www.canadaparasbrasil.com/blog/2015/01/imigracao-canada-expressentry>

O registro nesse banco de empregos tem o objetivo de ajudar o candidato a conseguir uma oferta de trabalho de uma empresa ou instituição canadense. Ainda, os candidatos serão encorajados a se promoverem de diversas formas para potenciais empregadores, através de sites de emprego, empresas de recrutamento, entre outras formas de promoção. Portanto fica bastante claro e evidente a postura de aceitação e recebimento que o Canadá tem para com estrangeiros de diversas nacionalidades.

2. CAPÍTULO: A INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

2.1 – Conceito de Internacionalização

Apesar de ser um fenômeno relativamente antigo, a internacionalização do ensino superior não era um termo de fato reconhecido formalmente, nas relações internacionais. Antes dos anos noventa, o termo usado coletivamente para internacionalização da educação superior, era “educação internacional” (MAROSINI, 2006).

Isto era menos um conceito do que uma nomenclatura abrangente, que buscava englobar toda uma série fragmentada de atividades internacionais, pouco relacionadas entre si, na educação superior: o estudo no exterior, orientação de estudantes estrangeiros, intercâmbio de estudantes e funcionários entre universidades, ensino voltado para o desenvolvimento e estudos de áreas específicas.

Nas duas últimas décadas tem sido possível observar uma transição gradual do uso de “educação internacional” para “internacionalização da educação superior”, e a criação de uma abordagem mais conceitual para a internacionalização. O desenvolvimento posterior da globalização, a intensificação do tratamento do ensino como commodity e a noção de uma economia e uma sociedade global do conhecimento também resultaram numa nova gama de formas, provedores e produtos – como a instalação de campi no exterior, franquias e a comercialização dos serviços de ensino (KNIGHT, 2014).

Para alguns estudiosos, existe uma linha tênue entre os benefícios e os riscos da internacionalização do sistema educacional. Manolita Correia e Fábio Betioli (2008) afirmam que os benefícios mais freqüentemente apontados que são: contribuir para a elevação da qualidade acadêmica, sensibilizar estudantes e professores acerca da importância da internacionalização, favorecer a inovação dos currículos, do ensino e da pesquisa e reforçar as atividades de pesquisa.

Porém também são explanados os possíveis riscos de se expandir o sistema de educação de um determinado país, instituição, entre outros. O enfraquecimento do sistema de educação superior nacional, homogeneização dos currículos, o agravamento do processo de elitização da educação, a comercialização da educação, a multiplicação de diplomas estrangeiros sem valor acadêmico, choque de culturas e conceitos de valor diferentes e por fim a fuga de cérebros - se caracteriza na possibilidade de êxodo de um grande número de indivíduos para um outro país, podendo ter uma finalidade tanto educacional como profissional.

Para entender melhor esse universo de internacionalização – assim também como seus benefícios e riscos, Jane Knight em seu artigo *Internationalization of education* (2014), nos ajuda a compreender mais amplamente este conceito. Para ela esse sistema de internacionalização é como um processo de integração visto sob uma dimensão internacional, intercultural e global de ensino e aprendizagem, pesquisa e serviços de uma universidade ou sistema de ensino superior.

Em complemento, em seu livro *Internationalization of Higher Education: towards a conceptual framework*, Zha Qiang (2003) nos mostra que existem três motivos para a internacionalização acontecer. O primeiro seria o interesse na segurança nacional, o segundo, seria a manutenção da competitividade econômica e o terceiro seria fomentar a compreensão humana através das nações. Porém o autor ressalta que essas razões não são absolutas nem exclusivas para a internacionalização em si, e que há a possibilidade de variação de acordo com diversos fatores e suas ênfases.

O processo de internacionalização encarrega-se de enfatizar as relações entre as nações, povos, culturas, instituições e sistemas. Concordando com a afirmação de Qiang, para Knight (2014), não há um padrão, uma sistematização para uma universidade se internacionalizar. Tal processo é feito a partir das necessidades e interesses particulares de cada instituição.

Esta realidade também traz alguns desafios. Por exemplo, uma instituição enxerga a internacionalização da educação superior como uma ferramenta para um ganho econômico ou vantagem política? Segundo Knight, existe esta possibilidade, pois a instituição pode buscar internacionalizar-se primeiramente por motivos de status, de conexões e alianças que sejam proveitosas para a mesma. Este é um exemplo onde os fins acadêmicos e valores de cooperação, benefício mútuo e parceria precisam ser enfatizados.

Segundo Lima e Maranhão (2009), a internacionalização da educação pode ser categorizada em duas maneiras distintas: A internacionalização passiva e a ativa. Na questão internacional do setor educacional, existente nos países centrais, há uma manifestação da internacionalização de maneira ativa, isto é, com a implantação de políticas de Estado voltadas para a atração e acolhimento de acadêmicos, a oferta de serviços educacionais no exterior envolvendo a mobilidade de estudiosos em áreas de interesse estratégico, a exportação de programas e instalação de instituições ou campi no exterior.

Porém nos países periféricos ela se manifesta de forma passiva. Nota-se a necessidade de definir uma política de emissão de acadêmicos (principalmente professores-pesquisadores) para se

formar nos grandes centros, objetivando investir no desenvolvimento de uma elite intelectual capaz de influir sobre o processo de modernização de alguns setores, apesar do elevado risco de perdê-la frente à reduzida capacidade de oferecer atrativas condições de trabalho e remuneração ao término da formação (Lima e Maranhã, 2009).

O Brasil pode se encaixar nesta visão de internacionalização passiva, visto que profissionais formados ou especializados no exterior possuem um maior destaque no mercado de trabalho. Já o Canadá possui uma postura de internacionalização ativa. Pois o mesmo adota uma política de abertura do mercado e sistema educacional para estrangeiros devido a sua necessidade de mão-de-obra e população.

Após muitos anos de intensa internacionalização e desenvolvimento, o sistema de ensino superior tem crescido em escopo, escala e importância. Indubitavelmente ele transformou o universo da educação, mas a internacionalização também passou por mudanças fundamentais em si mesma. A questão chave é, se as mudanças foram para melhor ou pior. Por exemplo, vinte e cinco anos atrás, alguém poderia ter imaginado que a mobilidade internacional de estudantes - um ponto bastante apontado por Knight, em 2014 seria um grande negócio e estaria diretamente ligada ao recrutamento de cérebros (fuga de cérebros) para programas de inovação internacionais, do que ajudar os seus próprios países em desenvolvimento a construir capacidade humana?

Em seu artigo, Knight (2014) nos informa de recentes pesquisas nacionais e internacionais feitas sobre a internacionalização das universidades e os resultados nos mostram que a criação de um perfil/currículo com cursos, graduações, ou alguma experiência internacional está se tornando mais importante do que atingir padrões internacionais de excelência. Ou seja, a capacitação do estudante através de projetos de cooperação internacional está sendo substituída por uma construção de um status para obter o reconhecimento de classe mundial e classificações mais elevadas.

Em contrapartida, também existem inúmeros exemplos de iniciativas positivas que mostram como bolsas de estudos, o intercâmbio de educação e estratégias de internacionalização podem colaborar para contribuir com o desenvolvimento dos indivíduos, das instituições, das nações e do mundo em geral. Os benefícios da internacionalização são muitos, assim como também são potenciais os riscos e consequências inesperadas.

Prevê-se que até 2025 a demanda por educação internacional vá crescer para 7,2 milhões de estudantes, um salto quântico dos 1,2 milhões de estudantes em 2000. Grande parte dessa demanda será atendida através da mobilidade estudantil. Conseqüentemente, o número de novos programas

para estudantes em seus países de origem está se acelerando a um ritmo sem precedentes. Já não são apenas estudantes, professores e pesquisadores que são internacionalmente móveis, mas também programas estão sendo expandidos através das fronteiras estabelecidas em países em todo o mundo desenvolvido (KNIGHT, 2014)

Jane Knight (2014), também explana que se uma universidade possui vários acordos institucionais regionais e internacionais, não necessariamente é um bom indicador de quanto a universidade está internacionalizada. Acredita-se que quanto maior o número de acordos internacionais uma universidade possui, mais prestígio e atraente ela é para outras instituições e alunos. Mas a prática mostra que a maioria das instituições não pode controlar ou até mesmo se beneficiar de centenas de acordos.

Manter relacionamentos ativos e produtivos requer um grande investimento financeiro, em recursos humanos, nos membros do corpo docente, departamentos e escritórios internacionais. Assim, a longa lista de parceiros internacionais muitas vezes reflete os acordos baseados em papel e não em parcerias produtivas. Quantidade é percebida como mais importante do que a qualidade e a lista de acordos internacionais é mais um símbolo de *status* do que um registro de colaborações acadêmicas funcionais (KNIGHT, 2014).

A tendência mais recente é o enxugamento do número de acordos para dez ou 20 parcerias prioritárias em toda a instituição. Isso pode levar a relações mais abrangentes e sustentáveis, mas também a um sentimento de descontentamento entre os membros do corpo docente e pesquisadores sobre uma abordagem de cima para baixo para a colaboração internacional e a redução de interesses de pesquisa ou curriculares internacionais individuais (KNIGHT, 2014).

Há também um novo ator neste cenário, os MOOCS (Massive Open Online Courses) que são um tipo de curso aberto ofertado por meio de ambientes virtuais de aprendizagem, que visam oferecer para um grande número de alunos a oportunidade de ampliar seus conhecimentos. Embora o projeto e participação em um MOOC possam ser semelhantes ao de um curso em uma faculdade ou universidade, os MOOCS normalmente são gratuitos e não exigem pré-requisitos, mas também não oferecem certificados de participação.

Para Knight, em geral os MOOCs têm um papel poderoso a desempenhar na ampliação do acesso a oportunidades de aprendizagem não formal, que é uma área subdesenvolvida do ensino superior internacional. No entanto, a questão se agiganta para quanto tempo levará até que a maioria dos MOOCs ofereçam certificados formais da instituição prestadora. Então, no atual cenário

educacional em que vivemos, os MOOCS podem servir de incentivo à educação, porém para fins formais (certificação), ainda possuem certa carência.

A expansão dos regimes de mobilidade acadêmica é uma característica da internacionalização de hoje. Vários países estão investindo em grandes campanhas de marketing para atrair os melhores e mais brilhantes alunos para estudar e trabalhar nas suas instituições, a fim de fornecer o "brain power" para inovação. As complexidades e desafios relacionados à mobilidade estudantil não devem ser subestimados. Nem seus benefícios potenciais, ignorados (MALDONADO e BASSETT, 2014).

Mas, não se pode ignorar a corrida mais recente para atrair estudantes e profissionais internacionais para "brain power" e para a "income generation". O objetivo original de ajudar estudantes de países em desenvolvimento para completar um curso em outro país e, em seguida, voltar para casa para contribuir com o desenvolvimento nacional, está desaparecendo rapidamente (MALDONADO e BASSETT, 2014).

É impossível tentar antecipar os acontecimentos e prever o futuro, mas se as experiências da última década serviram de algum exemplo, é provável que a competição para o mais brilhante dos estudantes só vai aumentar, trazendo benefícios para alguns países e as suas instituições de ensino superior, como também perdas para outros.

Talvez a tecnologia e redes sociais tragam novas oportunidades para uma maior integração de estudantes de todas as partes do mundo, mas a obsessão atual com rankings globais e da competitividade econômica sugerem o contrário. Para melhor ou pior, a grande corrida de cérebros através da mobilidade dos estudantes é provável que esteja ativa por um tempo (MALDONADO e BASSETT, 2014).

O impacto das novas formas de mobilidade acadêmica internacional sobre o reconhecimento e promoção de culturas diversas é um assunto que desperta fortes posicionamentos e sentimentos. Muitos acreditam que as tecnologias da informação e da comunicação e a circulação de pessoas, ideias e culturas através das fronteiras nacionais e internacionais apresentam novas oportunidades para promover a sua cultura para outros países e melhorar a fusão e hibridização das mesmas (KNIGHT, 2014).

2.2 – A Experiência do Intercâmbio Para os Estudantes

Um benefício importante é uma maior compreensão da diversidade cultural e também, forte valorização intercultural e habilidades de comunicação. Ainda neste assunto, ao pesquisarmos no site *Estudar Fora*, nos deparamos com o depoimento do brasileiro Matheus Sampaio. Estudante na universidade canadense, UBC – University of British Columbia – ele nos explica como o fator da diversidade cultural é expressivo:

Diferente de universidades americanas em que somente cerca de 10% de seus alunos são internacionais, na UBC (University of British Columbia) 25% são alunos internacionais – chegando a 50% do corpo de alunos no meu curso de Business. Essa diversidade traz experiências do mundo todo para a sala de aula²¹.

As Universidades no Canada têm reputação de excelência na educação e no ambiente acadêmico em escala internacional e contam com a implementação dos últimos avanços tecnológicos e liderança em pesquisas. Já que, não é necessário o vestibular, o aluno brasileiro ou de qualquer outra nacionalidade que deseja estudar lá, deve atender a alguns requisitos.

Caso o aluno pretenda fazer um Bacharelado/Graduação, é necessário já ter cursado um ano de Bacharelado ou Licenciatura em Universidade ou Instituição que seja reconhecida pela Universidade no Canada. Este requerimento é em razão do sistema de ensino no Canadá ter um ano a mais no Segundo Grau. O aluno pode, ainda, preencher este pré-requisito estudando um ano de curso técnico profissionalizante no Canada ou fazendo o último ano de High School no Canada. Algumas Universidades poderão considerar a sua matrícula se você tiver somente 2º Grau Completo contanto que você tenha acima de 21 anos e tenha experiência profissional relevante na área em que pretende estudar.

Se o objetivo do aluno é fazer uma Pós-graduação/Especialização, é necessária formação superior em Universidade/Instituição reconhecida pela Universidade no Canada. E caso seja mestrado, também é necessária formação superior em Universidade/Instituição reconhecida pela Universidade no Canada. Algumas áreas exigem que o aluno tenha, ainda, experiência profissional relevante na sua área de formação.

²¹ Depoimento do aluno Matheus Sampaio, adquirido no site Estudar Fora:
<http://www.estudarfora.org.br/universidades-canadenses-foco-em-internacionalizacao>

É extremamente importante ter fluência no inglês, que deverá ser comprovada através de Certificados como IELTS - International English Language Testing System ou TOEFL - Test of English as a Foreign Language. A prova para obtenção deste Certificado pode ser feita no Brasil ou mesmo no Canadá. A nota mínima exigida varia de acordo com a Universidade e o curso escolhido²².

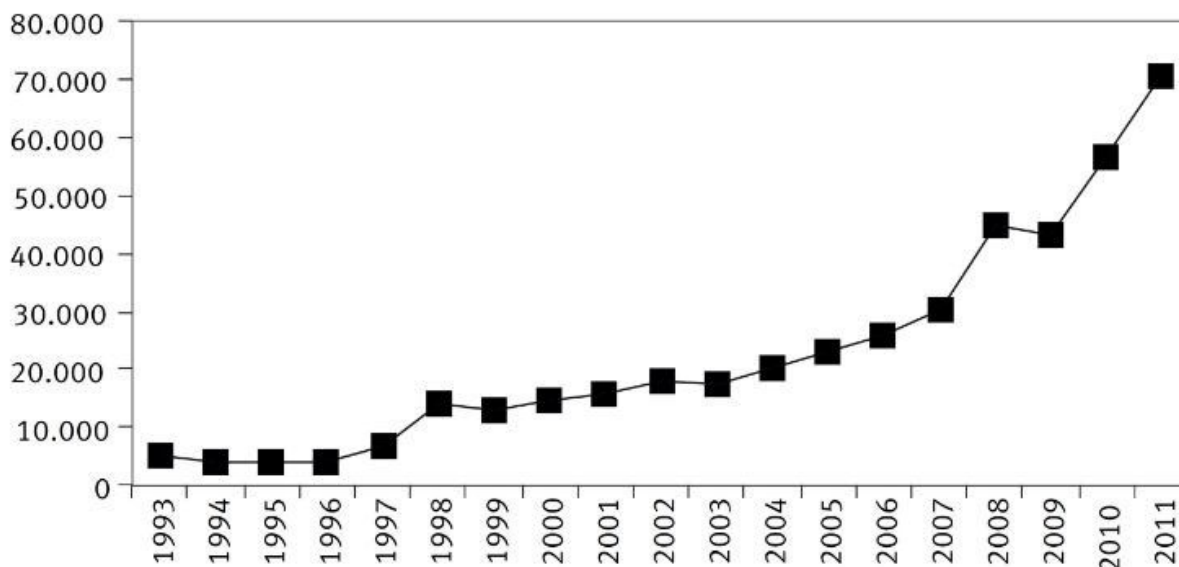
No Canadá o aluno escolherá qual área quer estudar, e que cursos profissionalizantes ou universitários, deseja cursar, cada um com seus respectivos tempos de duração – Certificados de um ano, diplomas de dois, graduação pode ser até quatro anos, e pós-graduação que duram geralmente oito meses. Em qualquer curso acima descrito, mesmo se o aluno estudar por 2 anos letivos, ele poderá pedir a permissão de ficar até 3 anos no Canadá somente trabalhando após formado.

Tanto em um como em outro curso, o estudante poderá trabalhar enquanto estuda, nos primeiros 6 meses somente dentro do campus da universidade e a partir dos 6 meses seguintes, poderá trabalhar fora do campus em qualquer área, com o visto de trabalho em aberto (máximo de 20 horas semanais). Vale ressaltar que esta regra se aplica aos estudantes universitários apenas. Após o dia 1º de junho de 2014, os estrangeiros que foram para o Canadá fazer cursos de inglês e francês não tiveram mais permissão para trabalhar independentemente do tempo de permanência no país.

A nova regra vale somente para os alunos de cursos de idiomas com vistos emitidos depois do dia 1º de junho. A mudança, segundo o Consulado Geral do Canadá em São Paulo, entre outros objetivos é para que o intercambista possa ficar mais focado em concluir o programa de estudos.

Após citarmos o caso de um brasileiro estudando no Canadá, é interessante ressaltarmos também a visão de estrangeiros que vêm estudar no Brasil. Segundo uma matéria publicada no Jornal da Globo em 2013, houve um notável aumento na vinda de estrangeiros para estudar no Brasil. O maior crescimento foi entre 2005 e 2012, onde houve um acréscimo significativo no número de vistos pra espanhóis: mais de 1.000%. Também aumentou significativamente o número de estudantes da Colômbia, França, Itália e Portugal. O gráfico abaixo procura apresentar uma análise descritiva dos estrangeiros autorizados a se estabelecer temporária ou permanentemente no Brasil, durante o período de 2005 a 2011:

²² Informações retiradas dos sites: <http://www.canadaintercambio.com/programas/graduacao-no-canada>



Fonte: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982015000100025

De acordo com a matéria, a grande maioria dos estudantes é das áreas mais técnicas, como todas as engenharias, arquitetura, todas as áreas ligadas à tecnologia e computação, química, biologia e business, diz Paula Prado, gerente executiva da Associação Brasileira de Intercâmbio Profissional. Sofia Raposo, que mora em Lisboa, sabe bem porque o Brasil anda tão atraente. “É uma economia muito maior do que a de Portugal e está a crescer, que é uma situação que eu, em termos de mercado de trabalho, não tenho em casa”, afirma.

Diversas instituições de ensino superior brasileiras, públicas e privadas, mantêm convênios de intercâmbio no nível de graduação com instituições de ensino estrangeiras. Nestes casos, o jovem já é um estudante universitário e pode solicitar sua transferência para a universidade ou faculdade brasileira. As regras para seleção dependem de cada convênio, o mesmo vale para a concessão de bolsas.

Para estudantes de países em desenvolvimento, o Brasil mantém o Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G), que é administrado pelos ministérios das Relações Exteriores e o da Educação, em parcerias com as instituições de ensino participantes. O PEC-G é voltado para professores universitários, pesquisadores, profissionais ou graduados do ensino superior oriundos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil tem acordos culturais e educacionais. O processo seletivo ocorre anualmente em setembro. As inscrições são feitas nas embaixadas ou

consulados brasileiros. No ato da inscrição, o candidato pode indicar duas opções de cursos e duas opções de cidades para morar.

Um dos principais requisitos para ser aceito em universidades brasileiras, é que o aluno deve ter conhecimento da língua portuguesa. Para comprová-lo, deve se submeter a um exame reconhecido internacionalmente, chamado Celpe-Bras - Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros. O certificado, aceito por empresas e instituições, tem quatro níveis: intermediário, intermediário superior, avançado e avançado superior. Nos países em que o teste não é aplicado, a prova é realizada pela Capes. Além disso, o órgão apoia o Ministério das Relações Exteriores (MRE) no envio de professores brasileiros de língua portuguesa a outros países.

Analisando mais o Capes, o intercâmbio internacional na área de educação é muito importante para promover a qualificação de pesquisadores e especialistas dos países que dele participam. No Brasil, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) é uma das principais instituições federais que promovem a troca de conhecimentos entre estudiosos brasileiros e estrangeiros, especialmente na área de doutorado²³.

Um dos incentivos da Capes à chamada cooperação internacional se dá por parcerias universitárias binacionais. Em atividade desde 2001, o programa tem como foco aumentar o intercâmbio de estudantes de graduação, além de estimular o intercâmbio de alunos de pósgraduação e professores. Isso é possível por meio de parcerias firmadas entre universidades brasileiras e estrangeiras.

A Capes também mantém acordos bilaterais - programas de fomento a projetos conjuntos de pesquisa entre grupos do Brasil e de outros países. Na outra ponta da cooperação, uma instituição equivalente à Capes em determinado país realiza o mesmo tipo de financiamento ao interessado conterrâneo. Assim, o estrangeiro pode viajar como bolsista por uma instituição de sua terra natal e desenvolver no Brasil suas pesquisas, por exemplo²⁴.

Por meio da Capes, vários países têm acordo com o Brasil para incentivar a cooperação internacional. São eles: Alemanha, Argentina, Chile, China, Cuba, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Itália, Portugal, Timor Leste e Uruguai.

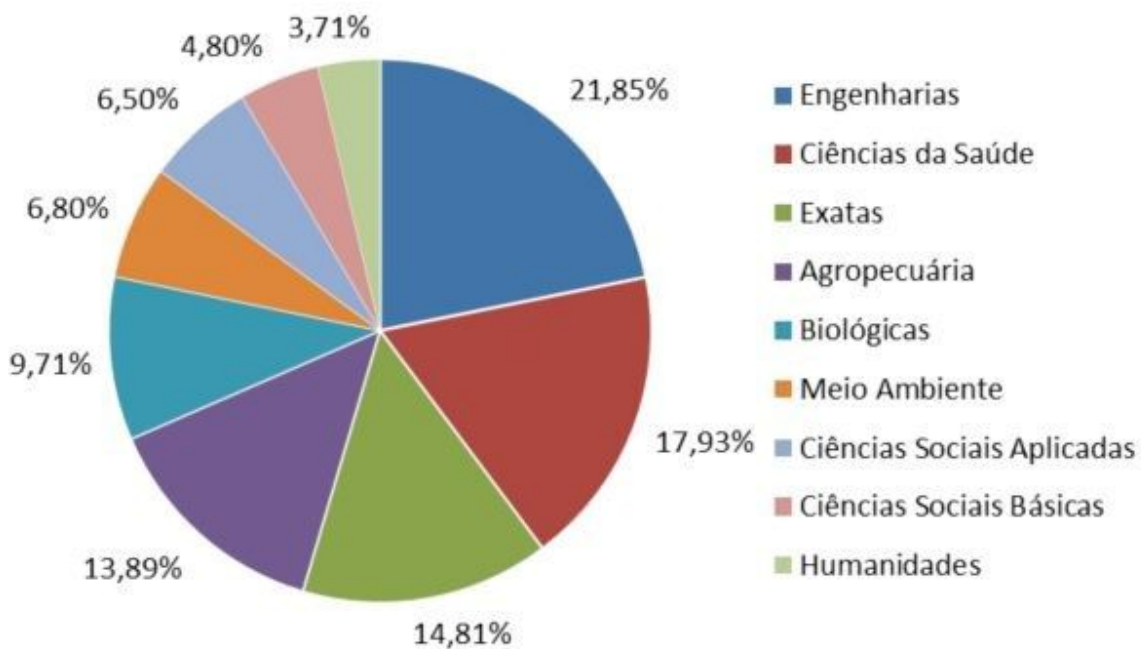
²³ Programa de bolsas da Capes no exterior: Doutorado, Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), Pesquisa PósDoutoral, Estágio Sênior, Apoio a Eventos no Exterior (AEX), Programa de Áreas Estratégicas e Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, Grande Prêmio CAPES de Teses.

²⁴ Informações retiradas do site: <http://www.capes.gov.br>

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), também é um incentivo a educação do governo brasileiro, pois concede vários tipos de bolsa a pesquisadores estrangeiros e para a qualificação de recursos humanos de outros países, contanto que o contemplado esteja em situação regular no Brasil. Outra modalidade de cooperação internacional é a concessão de auxílio. Há, por exemplo, o apoio ao pesquisador visitante de reconhecida competência.

O CNPq também subsidia publicações científicas e a promoção de intercâmbios científicos para capacitar pesquisadores. Mas o tipo de auxílio mais procurado é o apoio a projetos de pesquisa. Assim, o CNPq apoia financeiramente trabalhos voltados para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil, em todas as áreas do conhecimento. Das nove áreas a maior porcentagem dos recursos destinava-se às engenharias, seguida das ciências da saúde. A área com menor destinação de recursos é a de humanidades, como mostra o gráfico:

Figure 1: Porcentagem de recursos direcionados as áreas de pesquisa do CNPq



Fonte: <http://www.revistaespacios.com/a12v33n08/12330811.html>

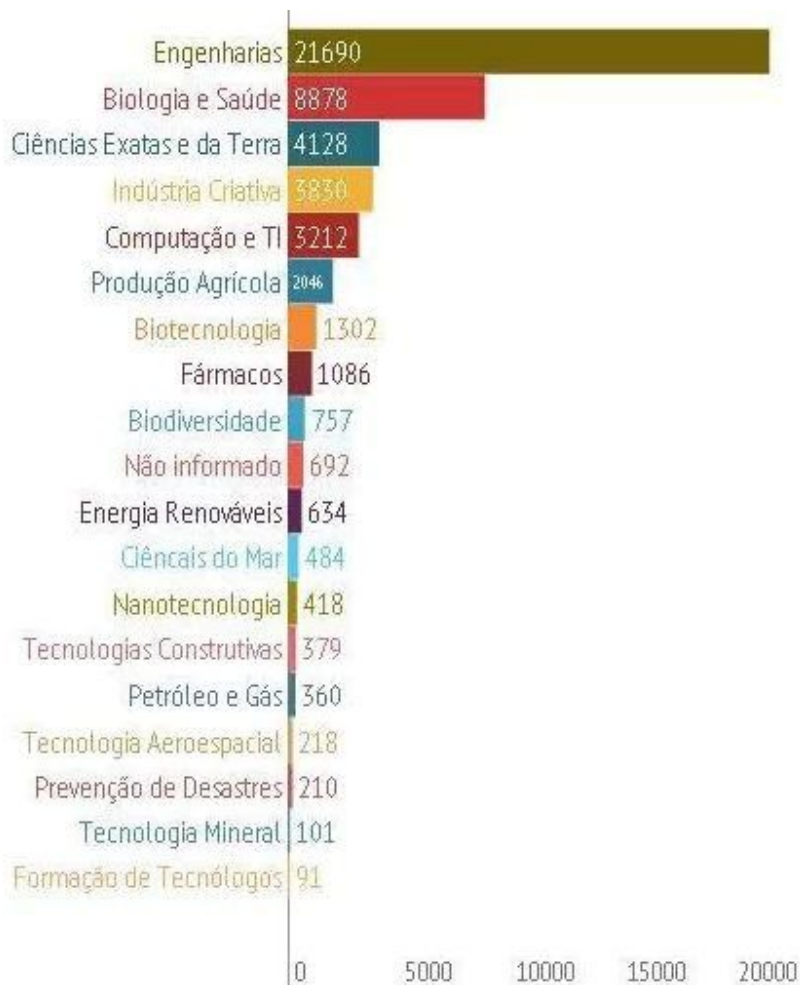
Outro programa instituído pelo governo brasileiro é o Ciências sem Fronteiras. Uma iniciativa conjunta entre o Ministério da Educação (MEC) e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) através de suas instituições de fomento, o CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa) e Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e das Secretarias de Ensino Superior e Tecnológico do MEC.

O principal objetivo é permitir a mobilidade de estudantes brasileiros para os países conveniados ao projeto, oferecendo bolsas para alunos de graduação e doutorado e interessados em fazer doutorado que queiram aperfeiçoar seus conhecimentos no exterior. Milhares de bolsas serão disponibilizadas e utilizadas para incentivar o intercâmbio de estudantes de graduação e pós-graduação no exterior e também para incentivar que esses jovens estagiem, trazendo novas e agregadoras experiências para o mercado profissional brasileiro.

No exterior, as modalidades disponíveis de bolsa são para graduação, formação tecnológica, desenvolvimento tecnológico, doutorado sanduíche, doutorado pleno e pós-doutorado. Para o Brasil, estão disponíveis a Atração de Cientistas para o Brasil, Pesquisador Visitante Especial e Bolsa Jovens Talentos. É nos Estados Unidos onde há o maior número de universitários do programa. Em seguida aparecem Canadá e Reino Unido²⁵.

²⁵ Informações retiradas do site: <https://juventudesemfronteiras.wordpress.com>

Figure 2: Distribuição de bolsas por área



Fonte: <https://juventudesemfronteiras.wordpress.com>

Visto assim, o fato da bilateralidade entre o intercambio educacional pré-estabelecido entre Brasil e Canadá. Pois, na qualidade de um país em desenvolvimento, torna-se relevante a especialização de estudantes brasileiros, em países desenvolvidos que tecnicamente possuem um sistema educacional mais aprimorado. Por outro lado, também nos foi explicado pela portuguesa Sofia Raposo, os motivos pelos quais estudantes tanto do Canadá, como de outros países podem ter interesse em vir para o Brasil.

Um fator da atualidade que é válido ressaltar é a questão da crise financeira que o Brasil está passando. E se ela de algum fato, alterou o fluxo de intercâmbios educacionais entre Brasil e Canadá. De acordo com uma matéria publicada no site da Belta (Associação Brasileira das Agências de Intercâmbio), a alta do dólar não chegou a impactar significativamente o número de pessoas que

procuram programas de intercambio e especialização fora do Brasil. Vale ressaltar que este tipo de intercambio mencionado, é aquele de iniciativa particular do estudante, não sendo necessariamente atrelado a bolsas e demais incentivos.

Uma das rotas preferenciais nestes tempos de crise tem sido o Canadá, que passou a liderar o ranking de países mais procurados pelos brasileiros, desbancando os Estados Unidos, devido a dois fatores: preço mais em conta (em função da cotação mais baixa do dólar canadense em relação ao americano) e a possibilidade de se conseguir um emprego, a depender do período de estadia²⁶.

Segundo a Belta, houve impactos sim, no tipo de cursos escolhidos pelos estudantes. Os de idioma eram os preferidos, porém atualmente tem havido um acréscimo na procura por cursos de graduação. Nas agências de intercambio brasileiras, a procura aumentou cerca de 600% de janeiro a julho de 2015.

Tal fato demonstra os efeitos da crise econômica e a falta de perspectiva dos jovens em relação ao mercado de trabalho brasileiro. De acordo com o diretor de operações da Belta, Allan Mitelmão, há um interesse crescente dos estudantes em investir em cursos que possibilitem a permanência e a construção de carreiras em outros países. Afirmação que corrobora com as teorias de Jane Knight, colocadas anteriormente.

A Belta nos informou que de fato, o número de intercâmbios não sofreu grande alteração devido à crise financeira. Porém, os incentivos dados pelo governo à internacionalização da educação (bolsas e outros programas), têm um futuro incerto conforme a matéria publicada pela Folha de São Paulo em 30 de Janeiro de 2016.

Pois devido aos cortes no orçamento do governo federal, o dinheiro disponível para as bolsas de estudo internacionais, está cada vez mais escasso, aliado também a alta do dólar, como justificativa dada pelo governo federal para não conseguir manter o aluno fora do país por tanto tempo – quando o programa foi lançado em 2011, a moeda americana valia aproximadamente R\$ 1,85. Agora vale R\$ 4,00²⁷.

²⁶ Informações retiradas da Pesquisa de Mapeamento de Mercado de Viagens Educacionais e Culturais do Canadá.

²⁷ Informações retiradas da matéria da Folha de São Paulo:

Segundo a avaliação da ANPG (Associação Nacional de Pós-Graduandos), até 2014, havia uma maior dedicação por parte do governo para internacionalizar os cursos de pósgraduação. Agora, os incentivos estão sendo reduzidos drasticamente. Um exemplo de um dos programas mais afetados por isto, é o Ciências sem Fronteiras, que está atualmente congelado. A Folha apurou que o MEC está mais preocupado em ajustes financeiros internos do que em voltar a patrocinar outra leva do programa.

Devido a isto, tem se tornado cada vez maior a dificuldade que as pessoas que querem estudar fora têm em ter acesso a informações e medidas necessárias para conseguir uma bolsa de estudos no exterior. A oferta não é pequena, mas como a informação é segmentada em diferentes sites – fundações, escritórios de representação educacional de países ou de universidades, consulados/embaixadas, órgãos internacionais etc, fica difícil explorar de forma organizada o que está disponível.

Alguns sites especializados oferecem essas informações de uma forma muito prática e sempre atualizada. Funcionam como ferramentas de pesquisa nas quais os interessados tem acesso às ofertas do mundo acadêmico internacional e entram em contato diretamente com as universidades.

Tal cenário de crise afetou também a vinda de estrangeiros ao Brasil. Segundo a matéria publicada na Folha de São Paulo em 08 de março de 2015, a economia instável brasileira resultou na diminuição da quantidade de estrangeiros vindo ao Brasil para estudar. Por exemplo, a Universidade de Pittsburgh (EUA), que em 2009 lançou um programa de estágio de dez semanas para trabalho voluntário em organizações no Brasil, desistiu desse modelo. A longa estadia virou uma visita de pouco mais de uma semana. O projeto foi adaptado pela falta de vagas oferecidas. Apesar de o trabalho ser voluntário, as empresas tinham custos ao receber estudantes²⁸.

O interesse de universitários que buscam intercâmbio para cursar disciplinas em instituições brasileiras começou a perder força em 2012, conforme dados do Institute of International

<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/01/1735047-vitrine-de-dilma-ciencias-sem-fronteiras-tem-futuroincerto.shtml>

²⁸ Informações retiradas da matéria da Folha de São Paulo:

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/03/1599687-economia-instavel-faz-estudantes-estrangeiros-desistirem-do-brasil.shtml>

Education²⁹. O número de alunos, que crescia a taxas superiores a 10% desde 2009, caiu para 4%, com cerca de 4.200 alunos em 2012 e 2013, último dado disponível.

2.3 – Internacionalização, Diversidade Cultural e o Ensino nas Instituições

Após termos abordado os aspectos da internacionalização do ensino superior, a mobilidade estudantil e profissional, dos incentivos governamentais, entre outros, é relevante ressaltarmos o papel dos profissionais que de fato atuam nesta área. Os desafios e realidades enfrentadas por professores de alunos internacionais, e como eles conseguem administrar um ambiente discente, algumas vezes com tantas nacionalidades diferentes.

Segundo Carrol e Ryan (2005), instituições de ensino superior em países de língua inglesa têm adquirido cada vez mais estudantes socialmente e culturalmente diversificados. Isso representa igualmente um desafio para os professores destas instituições, atrelados ao aumento de carga de trabalho e também pressões externas.

Entre 2000 e 2001, a porcentagem de estudantes internacionais presentes em instituições nos países abaixo citados, era bastante considerável. Países como Estados Unidos, Reino Unido e Canadá já são conhecidos por uma longa tradição de receberem estudantes estrangeiros, mas em alguns dos outros países, este fenômeno é consideravelmente recente. De acordo com Carrol e Ryan (2005), em 2004 a porcentagem de estudantes internacionais aumentou para 16%, e na Austrália em 2005, aumentou para 24%. Uma parcela significativa da população.

²⁹ <http://www.iie.org>

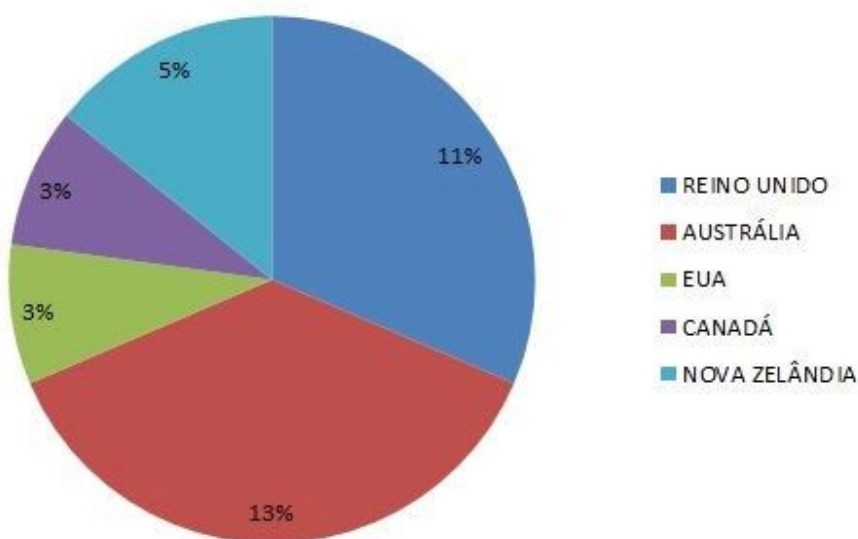


Figure 3: Adaptado de Carrol e Ryan, 2005, p. 4

Claramente, a quantidade de estudantes estrangeiros nestas instituições, exigiu um maior aprimoramento, dedicação e cautela de seus professores. Segundo Carrol e Ryan (2005), o processo de adequação que os professores passam, começa justamente com a percepção deles, em como aquele aluno estrangeiro poderia aprender o que lhes está sendo passado.

Considerando que o mesmo se encontra muitas vezes em um ambiente muito divergente daquele em que sempre viveu, com normas, valores e princípios diferentes, um idioma que não é necessariamente fluente, o contato com alunos de outras nacionalidades, entre outros.

Devido a isto, a abordagem principal adotada pelos professores, é de um ensino culturalmente inclusivo. Independente da etnia, nacionalidade, religião, os professores buscam através de palestras e outras atividades, envolver a motivação de todos os alunos, criando um ambiente de aprendizagem seguro, inclusivo e respeitoso (PROGLER, 2014).

Para Joseph Proglar (2014), o contato entre diversas culturas num ambiente acadêmico, funciona como um “laboratório”, que oferece uma oportunidade para promover o desenvolvimento pessoal dos estudantes, melhoria e aprimoramento do ensino e da aprendizagem no processo e por envolver os alunos na construção de sua própria experiência de aprendizagem.

Um ambiente multicultural acadêmico também pode trazer alguns desafios. A questão dos estereótipos se faz bastante presente, pois diversas nacionalidades o possuem e algumas vezes isso

atrapalha a convivência e aprendizagem em sala de aula. O papel do professor consiste em sanar estas situações, explorando as características individuais de cada estudante – gênero, características físicas, valores, etc - eles desafiam os outros alunos a visualizarem as diferenças individuais como alternativas sem anexar juízos de valor a eles (BENNETT, 1999).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O advento da globalização foi um dos fatores principais para a construção deste trabalho. Ela é sintetizada como a integração de maior intensidade das relações internacionais em escala mundial, operacionalizada pela conexão entre as diferentes partes do globo terrestre. Isso significa dizer que a principal característica da globalização é o fato de ela estar em constante evolução e transformação, de modo que a integração mundial por ela gerada é cada vez maior ao longo do tempo.

Como um aspecto importante da globalização, é comum citar os avanços proporcionados pela evolução dos meios tecnológicos, bem como a maior difusão de conhecimento e também uma aproximação entre as nações. Com a maior interação entre os atores, foi necessário o desenvolvimento de cooperações entre os mesmos, com o objetivo de maximizar os interesses envolvidos.

As relações bilaterais entre Brasil e Canadá trouxeram diversos benefícios para ambos os países. O conceito de cooperação implica em uma espécie de auxílio, em uma forma de ajudar as pessoas a atingirem um objetivo, onde duas ou mais pessoas trabalham em função de um bem. Não foi diferente para o Brasil e o Canadá. As duas nações, ao juntarem forças, puderam alcançar diversos objetivos e realizações, como ações em diversos setores como o econômico, educacionais, políticos e culturais.

Destes setores, o foco deste projeto foi o educacional e as políticas incentivadoras implementadas por ambos os países. Por parte do Brasil, primeiramente ressaltou-se as ações tomadas pelo Ministério das Relações Exteriores, que junto com diversos outros órgãos, colaboram e engajam estudantes na causa educacional. Da parte canadense, há um grande interesse no intercâmbio acadêmico, projetos e acordos que foram propostos pelo governo canadense a fim de concretizar e firmar a cooperação entre ambas as nações. Há um grande incentivo do Canadá na recepção de estudantes estrangeiros.

Através desta cooperação internacional, o cenário educacional de ambos os países expandiu seus horizontes. O Canadá adotando uma política onde recebe estrangeiros, paralelamente às políticas brasileiras de envio de estudantes para o exterior. Com isso, dá-se a construção do estudante em um profissional internacionalizado, com uma visão mais completa e uma formação acadêmica diferenciada.

A questão de alianças exitosas entre diferentes países em prol de algum objetivo em comum - desenvolvimento econômico, educacional, político – provou ser de grande importância, pois especificamente nesse caso, o Canadá, na categoria de país desenvolvido, consegue auxiliar o Brasil em questões onde o mesmo ainda possui carência, como é o caso do ensino superior. Problemas como má qualidade de ensino, vagas insuficientes para os estudantes, falta de conteúdo necessário para formação de bons profissionais, entre outros.

Já o Brasil em contrapartida, auxilia os interesses do Canadá ao enviar estudantes para se especializarem lá. Os mesmos têm a oportunidade de viajar para estudar, devido aos incentivos lançados pelo governo brasileiro em parceria, não só com o Canadá, mas também com outras nações. Programas como Capes, CNPq e o Ciências sem fronteiras, foram responsáveis pela especialização de muitos estudantes no exterior.

O Canadá então, é beneficiado pois existe uma grande necessidade de mão-de-obra, que uma significativa parte é suprida com a vinda de estrangeiros ao território canadense. No caso dos estudantes, existe um potencial, pois eles estão se profissionalizando e podem optar por permanecer no Canadá – dada a respectiva oportunidade, e agregar valor à economia local. Assim, os canadenses conseguem manter um sistema econômico forte e estável.

Paralelamente ao processo de globalização e cooperação internacional, destaca-se também a internacionalização. Este processo ganhou intensidade ao longo do tempo. Com o final da Guerra Fria, os atores internacionais tornaram-se mais autônomos, e conseqüentemente as Instituições de Ensino Superior também seguiram este padrão. Logo mais, a cooperação entre as nações, e a troca de conhecimentos, passou a ser de interesse para estas, visando inicialmente os seus respectivos desenvolvimentos.

Se as Instituições de Ensino Superior não tivessem acompanhado o padrão globalizado das sociedades, provavelmente as cooperações internacionais não teriam sido bem-sucedidas. O fato delas expandirem sua visão, anteriormente mais centrada, facilitou bastante acordos e projetos para desenvolvimento. A internacionalização é um processo que leva à integração da dimensão internacional, intercultural e global às metas, funções e implementação do ensino superior.

O seu objetivo é garantir que os estudantes estejam mais preparados para viver e trabalhar num mundo mais interconectado. A compreensão da internacionalização como um meio para se atingir um fim, garante que a dimensão internacional seja integrada de maneira sustentável às

principais funções do ensino e do aprendizado no ensino superior, da pesquisa e da produção do conhecimento, melhor servindo à comunidade e à sociedade.

Os princípios fundamentais que orientam a internacionalização sempre representam objetivos distintos para diferentes pessoas, instituições e países. Ainda assim, este trabalho analisou que a internacionalização teria evoluído a partir de algo que foi tradicionalmente visto como um processo, com base em valores de cooperação, parceria, troca, benefícios mútuos e aprimoramento da capacidade. Agora, a internacionalização das Instituições de Ensino Superior é cada vez mais caracterizada pela concorrência, pelo mercantilismo da educação, pelo interesse individual e pela construção de status.

Através do estudo qualitativo-descritivo de todo o cenário internacional, no que contempla globalização, internacionalização e cooperação internacional em prol da educação, este trabalho buscou explicar as relações entre Brasil e Canadá, suas respectivas características educacionais, seus cenários econômicos – explicando-se a crise política brasileira e seus efeitos; a necessidade que o Canadá tem de receber estrangeiros, a questão da internacionalização de suas instituições, dando-se destaque aos incentivos governamentais que levaram a uma maior mobilidade tanto estudantil quanto profissional.

REFERÊNCIAS

Livros:

BENNETT, Christine I., **Comprehensive Multicultural Education: Theory and Practice**, 1999

CARROL, Jude e RYAN Janette, **Teaching International Students**, 2005

CORREIA LIMA, Manolita e BETIOLI CONTEL, Fábio, **Características atuais das políticas de internacionalização das instituições de educação superior no Brasil**, São Paulo, 2008.

CORREIA LIMA, Manolita e MARANHÃO MACHADO SARAIVA DE ALBUQUERQUE, Carolina, **O sistema de educação superior mundial: Entre a internacionalização ativa e passiva**, São Paulo, 2009.

FRIEDMAN, Thomas, **O mundo é plano: Uma breve história do século XXI**, 2005

JONES, Glen A., **An Introduction to Higher Education in Canada**, 2014

KNIGHT, Jane, **Internationalization of education**, 2014

KNIGHT, Jane e WIT Hans, **Strategies for internationalization of higher education: historical and conceptual perspectives**, 1995

KNIGHT, Jane, **Internationalization of Higher Education: Quality and Internationalization of Higher Education**, Paris, 1999

MALDONADO, Alma Maldonado e BASSETT, Roberta Malee, **The Forefront of International Higher Education**, 2014

MAROSINI, Marília Costa, **Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior – Conceitos e práticas**, Curitiba, 2006, Editora UFPR.

PROGLER, Joseph, **Internationalization and Cultural Diversity in Higher Education:**

Teaching for mutual understanding, 2014

QIANG, Zha, **Internationalization of Higher education: towards a conceptual framework** (2003)

SAMPAIO, Helena, **Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990**, núcleo de pesquisas sobre ensino superior da Universidade de São Paulo, 1991

SCHWARTZAN, Simon, **Os desafios da educação no Brasil**, 2005, Editora Nova Fronteira

SCHWARTZAN, Simon, **O futuro da Educação Superior no Brasil**, 1994

Sites:

<http://cursosnocanada.com.br>

<http://www.cmec.ca/en>

<https://www.justlanded.com/english/Canada/Canada-Guide/Education/Public-Schools>

<http://ottawa.itamaraty.gov.br/pt-br>

<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2013/02/interesse-de-estrangeiros-em-estudar-nobrasil-e-crescente.html>

<http://www.estudarfora.org.br/universidades-canadenses-foco-em-internacionalizacao>

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982015000100025
<http://www.belta.org.br/noticias/206/intercambio+cresce+a+despeito+da+crise>